

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.
O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.**

GT 16 – Relaciones de Trabajo y Diálogo Social en América Latina

A I Conferência Nacional do Trabalho Decente no Brasil:

Democracia participativa e tripartismo

Laís Abramo¹, Andrea Rivero de Araújo², Andréa Bolzon³

¹Socióloga, Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

² Mestre em Estudos Internacionais/Ciência Política.

³ Mestre em Sociologia.

A I Conferência Nacional do Trabalho Decente: Democracia participativa e tripartismo

A I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD) pode ser pensada como um ponto de convergência entre dois processos diferentes de diálogo social que se desenvolvem de forma paralela no Brasil a partir de 2003: a intensificação da realização de conferências de políticas públicas enquanto espaços de democracia participativa e o fortalecimento do tripartismo vinculado à promoção da Agenda Nacional de Trabalho Decente. O artigo explora a dinâmica do encontro desses dois processos na I CNETD, analisando seus pontos de convergência e desafios. Conclui que essa experiência, na complexidade e ineditismo que a caracterizou, foi uma contribuição importante tanto para a proposta de um modelo de democracia participativa que vem sendo promovido pelo governo federal quanto para o processo de diálogo social tripartite que se desenvolve em torno à promoção do trabalho decente no Brasil.

Resumo Expandido

OBJETO:

A I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD) como espaço de diálogo social em torno às questões do mundo do trabalho.

OBJETIVO:

A I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD) é o ponto de convergência entre dois processos diferentes de diálogo social que se desenvolvem de forma paralela no Brasil a partir de 2003: 1) a intensificação de conferências de políticas públicas enquanto espaços de democracia participativa e 2) o fortalecimento do tripartismo vinculado à evolução da trajetória de promoção da Agenda Nacional de Trabalho Decente. O objetivo do artigo será explorar a dinâmica do encontro desses dois processos na I CNETD, com todas as suas potencialidades e desafios, analisando sua contribuição, por um lado, no contexto da política de gestão participativa do governo federal e, por outro lado, na trajetória do trabalho decente no Brasil.

METODOLOGIA:

O artigo pretende contribuir com a discussão em andamento sobre as conferências nacionais de políticas públicas no Brasil e sobre a trajetória do país no âmbito do trabalho decente, analisando algumas características específicas da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD). Ele incluirá uma reconstrução e análise do processo de realização da I CNETD, como plataforma onde a democracia participativa e o tripartismo se encontram, em um processo único de diálogo social.

As perguntas centrais que orientam o artigo são as seguintes:

- ✓ Quais são as especificidades da I CNETD no contexto das conferências nacionais que vem sendo promovidas no país?
- ✓ Quais foram as suas contribuições para o modelo de democracia participativa proposto pelo Governo Federal? O que significa nesse processo uma conferência cujos protagonistas são os atores típicos do tripartismo promovido pela OIT ao longo de sua história?

- ✓ Que potencialidades e novos desafios são introduzidos nesse processo pelos mecanismos de diálogo social tripartite? Até que ponto é possível compatibilizá-los?
- ✓ Quais são os principais resultados da Conferência e em que medida eles contribuem para o fortalecimento do diálogo social tripartite e para a promoção do trabalho decente no país?

O artigo está baseado em uma pesquisa que possui uma dimensão quantitativa (um *survey* realizado através da aplicação de um questionário aplicado durante a I CNETD e que foi respondido por mais de 80% dos seus 1.200 participantes) e qualitativa (entrevistas em profundidade realizadas com mais de 40 atores que participaram do processo). Além disso, também inclui uma dimensão de *observação participativa* das autoras, que conduziram e participaram diretamente da assistência técnica do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil durante o processo de organização e realização da Conferência. Também incorpora uma discussão bibliográfica que inclui textos de outros/as autores que discutem o processo das conferências de políticas públicas no Brasil e outros documentos relevantes sobre o tripartismo.

O artigo será estruturado em quatro partes: a) discussão sobre as diferentes formas de diálogo social; b) relato do caso; c) a I CNETD em comparação com as outras conferências; e d) conclusões/resultados.

a) Discussão sobre as diferentes formas de diálogo social:

A abordagem teórica parte de revisões documentais e bibliográficas dos conceitos de diálogo social, democracia participativa e tripartismo. Existem várias formas de se conduzir o diálogo social: diferentes modalidades com diferentes atores que participam no processo de diálogo. O artigo discutirá duas formas de diálogo social presentes hoje no Brasil: a democracia participativa, na forma como tem sido concebida e exercitada nas conferências de políticas públicas que vem sendo realizadas no país, e o diálogo tripartite institucionalizado no âmbito da OIT desde a sua fundação, em 1919.

b) Relato do Caso

O artigo discutirá a intensificação das conferências nacionais de políticas públicas no Brasil a partir de 2003 e sua relação com o modelo de gestão participativa das políticas

públicas que vem sendo proposto/institucionalizado pelo Governo Federal. De acordo com levantamento da Secretaria Geral da Presidência da República, entre 2003 e 2010 ocorreram no país 74 conferências em 40 temas diferentes (durante o período de 1941 a 2009 foram realizadas apenas 39 conferências). A partir do mesmo ano, começa a trajetória de promoção no país da Agenda de Trabalho Decente nos termos definidos pela OIT a partir de 1999, com a assinatura de um memorando de entendimento entre o governo brasileiro e a OIT para a elaboração de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente. A convergência desses dois processos acontece em novembro de 2010 com a convocatória da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente por meio de Decreto Presidencial. As etapas subnacionais (com a realização de mais de 280 conferências estaduais e municipais) são realizadas ao longo de 2011 e a I CNETD é realizada entre 8 e 11 de agosto de 2012.

c) A I CNETD em comparação com as outras conferências

O artigo analisará também, comparando a I CNETD com as outras conferências realizadas, até que ponto essa primeira conferência de trabalho decente segue o padrão das demais e quais são os pontos que a tornam uma conferência única. Partiremos detectando as semelhanças para logo analisar as diferenças.

Algumas semelhanças que podem ser destacadas são: as conferências não são eventos pontuais, mas sim processos que englobam etapas subnacionais e uma etapa nacional; são convocadas pelo poder executivo ou pelos conselhos; são organizadas por Comissões Organizadoras Nacionais; os delegados podem ser eleitos, natos ou indicados; e trazem para o diálogo perspectivas sociais diferentes do mesmo problema devido aos diferentes grupos que delas participam.

A discussão sobre as diferenças parte da análise de quais são os atores que delas participam. Na análise das conferências de políticas públicas, faz-se comumente a diáde entre o governo e a sociedade civil, onde o governo pode chegar a ser o braço mais forte e consegue levar à diante suas questões prioritárias (mesmo que nem sempre isso aconteça). Mas o que acontece quando essa distribuição de poder é modificada com a presença de três partes representadas em forma paritária (governo, empregadores e trabalhadores) ao longo de todo o processo? A hipótese é que dinâmica da participação do governo também muda, tendo que atuar em inúmeros casos como mediador entre as

outras duas partes. Neste sentido será analisada a preparação dos atores tripartites separadamente, para em seguida ter um olhar sobre a dinâmica que se forma entre os mesmos, incluindo os conflitos e possibilidades de acordo, assim como o papel do governo, que oscila entre tomador de decisão e mediador.

A análise da dinâmica da relação entre os atores também incluirá as múltiplas interfaces das relações entre as diversas instâncias da Federação envolvidas no processo e, em especial o papel das secretarias estaduais de trabalho e o Fórum Nacional de Secretarias de Trabalho. Também se deterá nas organizações da sociedade civil, sem representação na Comissão Nacional Organizadora da CNETD e que participaram do processo em uma proporção de 10% dos delegados, frente à participação paritária de 30% dos representantes do governo, empregadores e trabalhadores.

RESULTADOS:

O principal resultado do artigo é a constatação que a I CNETD se insere no contexto de gestão participativa que se fortalece no país a partir de 2003. Ela, portanto, faz parte de um processo mais amplo que **reforça a democracia participativa**, contribuindo assim à política de participação institucionalizada pelo governo federal.

Por outro lado, ela representa também uma **inovação em termos da trajetória do trabalho decente no Brasil** e constitui um ponto de inflexão: através dela a discussão sobre o trabalho decente no país ganha escala, se diversifica, penetra em territórios e mobiliza atores que não haviam sido ainda incorporados. A I CNETD ampliou a discussão sobre o trabalho decente para uma maior parte da sociedade e **ampliou os espaços de participação tripartite** fortalecendo-o no âmbito estadual e chegando até os municípios. Nesse processo as discussões em torno do trabalho decente ganham **maior legitimidade e institucionalidade**.

A realização de mais de 280 eventos subnacionais preparatórios da I CNETD no segundo semestre de 2011 (conferências estaduais, distrital, municipais e regionais), envolvendo aproximadamente 20 mil pessoas em todo o território nacional evidencia o **poder mobilizador do conceito de trabalho decente e se sua Agenda**. A I CNETD propicia assim, um importante enraizamento do tema no mundo do trabalho.

Também se observam avanços no âmbito subnacional com a perspectiva de elaboração de **Agendas Estaduais de Trabalho Decente** em pelo menos onze estados da federação. Assim como um fortalecimento das Secretarias Estaduais de Trabalho e do FONSET.

A realização da I CNETD representou assim um passo importante no sentido de fortalecer a promoção do trabalho decente como uma política de Estado, definida e monitorada através de mecanismos de consulta tripartite. Esta iniciativa representa uma mudança de escala no compromisso do País com a promoção do trabalho decente e estimula os processos de constituição e fortalecimento das agendas locais e setoriais de trabalho decente.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL:

ABRAMO, L. “Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta”. Revista BAHIA ANÁLISE & DADOS. SALVADOR v. 20 n. 2/3 JUL./SET. 2010. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

ALMEIDA, D. R. *Representação Política e Conferências: os desafios da inclusão da pluralidade*. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2012 (Texto para Discussão, n. 1750).

AVRITZER, L. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, mai. 2012 (Texto para Discussão, n. 1739).

_____. *O Papel da Participação nas Políticas Sociais do Governo Federal*. Cap. 4. In: *Estado, Instituições e Democracia: democracia*, livro 9, v. 2. Brasília: Ipea, 2010, p. 161-183.

CUNHA, E. S. M. *Conferências de Políticas Públicas e Inclusão Participativa*. Rio de Janeiro: Ipea, mai. 2012 (Textos para Discussão, n. 1733).

FASHOYIN, Tayo. Colaboración tripartita, diálogo social y desarrollo nacional. In: *Revista Internacional del Trabajo*, vol. 123, n. 4. Ginebra: ILO, 2004.

GRUPO DE TRABALHO DIÁLOGO SOCIAL. *Diálogo Social: para ampliar a cultura democrática no Brasil*. Florianópolis: Instituto Primeiro Plano, mar. 2009.

RODGERS, G.; LEE, E.; SWEPSTON, L.; VAN DAELE, J. *La OIT y la Lucha por la Justicia Social, 1919-2009*. Ginebra: OIT, 2009.

SILVA, E. R. A. *Participação Social e as Conferências Nacionais de Políticas Públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período 2003-2006*. Rio de Janeiro: Ipea, fev. 2009 (Texto para Discussão, n. 1378).

SOUZA, C. H. L. *A que vieram as Conferências Nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010*. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2012 (Texto para Discussão, n. 1718).

TEIXEIRA, A. C. C.; SOUZA, C. H. L.; LIMA, P. P. F. *Arquitetura da Participação Social no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais*. Rio de Janeiro: Ipea, mai. 2012 (Texto da discussão, n. 1735).